Ele citou também algo interessante: disse que talvez fosse necessário acabar até com a questão das emendas. É uma preocupação que não tenho na prática, pois as emendas já acabaram. Os Srs. Deputados não opinam em mais nada, elas não são pagas. Pouco importa o que colocamos no Orçamento, pois o Orçamento não é respeitado. Então, podemos apenas formalizar isso no papel, mas, na prática, isso já existe.

O deputado Barros Munhoz, com muita propriedade e conhecimento, ressalvou a importância do diálogo, da discussão dos temas e é justamente nisso em que esbarra esse projeto atual.

Recebemos um projeto para vender todo o patrimônio do estado e não sabe para onde vai o dinheiro. Num paralelo: temos três projetos interessantíssimos na Casa. Um dos projetos pede remanejamento de verba para a questão do Porto de São Sebastião, porque está faltando dinheiro lá para pagar os funcionários.

Outro dos projetos pede para remanejar dinheiro para pagar os funcionários da Codasp - está faltando dinheiro lá - e do Programa Melhor Caminho.

E um terceiro projeto pede dinheiro para pagar alguma coisa do Detran, que eu nem sei o que é. O Detran é um órgão complicado, cheio de problemas, mas que está aí. Porém, os deputados, hoje, felizmente, se recusaram a discutir, a iniciar qualquer discussão em função da sigla Detran, que todos veem com certo pé atrás, e talvez esta Assembleia tenha muito que discutir o Detran.

Mas, o que mostra isso? O orçamento foi feito no ano passado, o orçamento da Codasp, o orçamento do Porto de São Sebastião, e faltou dinheiro. Faltou dinheiro por que? O orçamento foi incorreto? Houve má gestão? Não vieram aqui explicar.

Aumentamos imposto da cerveja, aumentamos imposto do cigarro. Vamos vender todo o patrimônio do estado. E cadê alguém do governo que veio aqui explicar: "Olha, vai ser vendido por isso, por isso, vai para isso, para aquilo".

Temos dois projetos complicados. Temos um projeto tão simples de resolver, e tão justo, que a reposição - reposição - dos salários dos defensores públicos do estado não quer resolver, e esta Casa não pauta. Mas, pauta a venda do patrimônio público.

Temos greve no estado de São Paulo com relação aos médicos residentes. A União paga os R$ 300,00 de aumento. O município de São Paulo paga os R$ 300,00 de aumento. E o estado de São Paulo, o maior estado deste País, não paga os médicos residentes.

Então, talvez viesse alguém do governo aqui com alguma luz dizer o seguinte: "Olha, vamos vender o patrimônio, mas precisamos reajustar".

Temos aqui outro problema: dos servidores do Ministério Público, que é muito justo. Vamos reajustar isso, vamos reajustar aquilo, e vamos adequar, vamos fazer justiça, vamos resolver o problema dos médicos residentes. Ou seja, dar alguma satisfação para aquilo que vão fazer com a venda do patrimônio público.

Mas, não houve satisfação alguma. Para se ter uma ideia, a situação deve estar tão ruim, mas tão ruim, para o governo - o qual eu procurei ajudar ao longo dos anos - que semana passada - falei no Colégio de Líderes hoje - o governador Geraldo Alckmin aumentou em 100% - cem por cento - o imposto pago pelas revendas de carros usados no estado de São Paulo.

O decreto foi do dia primeiro de novembro agora, e vale a partir do dia 31 de janeiro. Para se ter uma ideia, é o Decreto nº 62.246, de 2016, que duplica a tributação de ICMS sobre revendas de veículos usados.

Por exemplo, um lojista que trabalha corretamente, trabalha de forma digna, sem sonegar imposto, sem fazer mutreta - ele não é particular, ele é empresa jurídica, ele tem que pagar imposto -, se ele vende um veículo de R$ 50.000,00, a base de cálculo do ICMS é calculada em 5% sobre o valor do veículo. Então, um veículo de R$ 50.000,00 faz com que o lojista pague R$ 450,00 de imposto ao governo. Está ótimo.

O que diz o decreto? É inteligentíssimo isso. Porque o pessoal: "Ah, aumentou imposto". Não. Ele não aumentou o imposto. Ele aumentou a base de cálculo. Então, o ICMS, que é pago hoje sobre 5% do valor do veículo, passa, no dia 31 de janeiro, a ser aplicado sobre 10% do veículo.

Então, aquele mesmo revendedor de carros que paga R$ 450,00 para vender um carro de R$ 50.000,00 vai passar a pagar R$ 900,00. Temos, portanto, um exemplo vergonhoso de aumento de imposto disfarçado.

Sei que o governador Geraldo Alckmin não é disso. Então, só posso concluir que a situação está muito ruim, para ele aumentar em 100% o imposto.

Fica aqui um apelo. Eu falei com o líder do Governo Cauê Macris. É um pedido. Não dá para as revendas de carros suportarem 100% de aumento. Estamos pedindo para adiar por um ano a situação. A economia do País não vai bem e a do Estado também. Vai ter que penalizar quem? Escolheram agora. Escolheram o cigarro, escolheram a bebida e agora escolheram em 100% os revendedores de carros usados.

O que vai acontecer na prática, deputado Cauê Macris? O pessoal vai para a informalidade, vai sonegar imposto. Então eu não estou entendendo a política atual do governo de estado, um governo que eu participei e que participo.

Portanto, peço uma reflexão nesse sentido. Acho que não é o momento de vender patrimônio. Claro, nós temos divergências até mesmo dentro da bancada do PMDB. Nós fazemos um apelo aos demais deputados. Nós precisamos, primeiramente, saber para onde vai esse dinheiro, precisamos saber se nós vamos resolver o problema dos médicos residentes, os funcionários da Defensoria, servidores do Ministério Público, para depois pensar, com muito respeito, na alienação talvez de parte dos imóveis. Mas não esse cheque em branco, essa alienação que nós não sabemos para onde vai sem qualquer justificativa.

O que o deputado Barros Munhoz defende é o diálogo. E defende com muita sabedoria. Porém, o diálogo nesta Casa com o Governo acabou há muito tempo, não existe mais. Então, fica difícil, porque não existe emenda, não existe diálogo, enfim, não existe coisa alguma. Eu não sei para onde é que vai, mas com certeza a situação é muito ruim. E vai ficar muito pior se vendermos todo o patrimônio do estado de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, para encaminhar pela liderança da Minoria, eu cedo o meu tempo ao nobre deputado Carlos Neder, deputado da nossa bancada, que é o responsável pelo acompanhamento de todas essas questões dos pesquisadores, como também das entidades que vieram aqui na Assembleia Legislativa denunciar e reclamar a venda do patrimônio público do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - PAULO CORREA JR - PEN - É regimental. Tem a palavra o deputado Carlos Neder por cessão de tempo da Deputada Ana do Carmo, para encaminhar pela liderança da Minoria, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, inicialmente quero cumprimentar o presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, Joaquim Adelino, que está presente acompanhando esta sessão. Esta é uma Associação que reúne os pesquisadores em diferentes regiões administrativas do Estado, dialogando com vários institutos de pesquisas e as secretarias às quais são vinculados. É muito importante a presença do presidente da APqC na medida em que esta Associação, reunindo os pesquisadores e dialogando com o pessoal de apoio às pesquisas, elaborou inúmeros estudos, mostrando, área por área, as consequências das vendas que se pretende levar adiante com autorização legislativa.

Não sei se os 94 deputados tiveram a preocupação de ler os documentos trazidos à Assembleia Legislativa pela Associação dos Pesquisadores Científicos. Foram pesquisadores que se reuniram em cada uma das áreas para elaborar documentos consistentes e mostram pesquisas em andamento, as consequências que haverá se ocorrer a venda desse patrimônio e a interrupção de pesquisas que são diretamente vinculadas ao território. Portanto, que não é cabível pensar a transferência de determinada pesquisa para outra área na medida em que ela já se encontra em andamento e está condicionada pelas características da área em que vem sendo desenvolvida.

Aqui foi dito que os institutos de pesquisa estão em petição de miséria. Mas nós nos perguntamos: quem governa o estado de São Paulo há tantos anos? Por quais razões não foram realizados concursos públicos? Por que não há remuneração condigna para os pesquisadores e pessoal de apoio? Por que não há a reposição dos cargos vagos? Por que não houve investimento na aquisição de equipamentos, na garantia de condições adequadas de pesquisas para que a comunidade pudesse compreender melhor o papel desses institutos de pesquisa? E se hoje eles estão aquém da expectativa que temos do ponto de vista do desenvolvimento do estado de São Paulo é exatamente porque o governo do PSDB não investiu na modernização desses institutos, não acreditou no seu corpo técnico, não valorizou pesquisadores e profissionais com pós-graduação, com enorme capacidade de diálogo com as universidades públicas estaduais e federais existentes no estado de São Paulo.

Entretanto, usando o argumento de que eles estão defasados, obsoletos, sem pessoal, sem recurso financeiro, dialogando pouco com a comunidade, produzindo pesquisas que não têm impacto do ponto de vista do desenvolvimento econômico que o atual governo propõe para São Paulo, não fazem autocrítica e não reconhecem que tudo isso decorre de uma ação deliberada do governo de Geraldo Alckmin, dos governos do PSDB que o antecederam e dos partidos que dão sustentação política a esses governos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Hélio Nishimoto.

* * *

Inclusive, utilizam as secretarias, como é o caso da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, para fazer política partidária em torno de projetos de candidaturas e, é preciso dizer, ao longo desses anos todos favorecendo o agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, da educação ambiental e da produção de políticas para produção que levem em conta a experiência e venham em benefício de pequenos e médios agricultores.

Vejam que interessante. Nós dissemos que tão importante quanto saber quais seriam os imóveis que seriam mantidos no projeto de lei seria entendermos o porquê da supressão de alguns. Eu perguntei então ao líder do Governo se, de fato, essa era a intenção do Governo, ao retirar de três áreas mencionadas em Jundiaí apenas uma. Nessa área o que temos? Temos a Cetesb e o Corpo de Bombeiros. Entretanto, poderiam ter suprimido outra área, onde está, por exemplo, instalado o CEA, em uma área extremamente importante do ponto de vista do desenvolvimento de tecnologias e de pesquisas que podem favorecer a educação ambiental para a sustentabilidade, a produção de políticas voltadas à preservação do meio ambiente e ao incentivo à agricultura familiar.

Qual foi, então, o critério para suprimir uma área, provavelmente a pedido de algum deputado que tem base eleitoral ou que tem vínculo com essas duas unidades, que são a Cetesb e o Corpo de Bombeiros, e manter como passível de venda uma área tão importante como a citada? Não se diga que nós não fomos alertados a esse respeito. Em documento trazido à Assembleia Legislativa pela APqC e também pelo pesquisador científico Marco Antônio Teixeira Zullo no início desse ano, nós já éramos alertados de que o Centro de Engenharia e Automação, localizado em uma área nobre de Jundiaí é altamente produtivo e está instalado em uma área urbana objeto de fortes interesses econômicos relacionados à especulação imobiliária.

O nosso colega deputado Luis Fernando Machado, recém-eleito prefeito de Jundiaí, assumiu compromissos com os pesquisadores, de que esse tipo de área não seria objeto de venda, de alienação. Onde se encontra o nosso colega, deputado do PSDB eleito prefeito de Jundiaí? Segundo fui informado, está nos Estados Unidos da América. Era momento de ele estar aqui conosco, dialogando e explicando porque, ao invés de honrar compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, está abrindo mão de um equipamento tão importante como o CEA, Centro de Engenharia e Automação, para, em troca disso, permitir a manutenção, sob responsabilidade do Poder Público, de uma área muito menos importante pensando em termos de desenvolvimento de pesquisas, como é o caso da área onde se encontra a Cetesb e um órgão vinculado à Polícia Militar.

São questões desse tipo que deverão ser acompanhadas pela APqC. Eu faço um apelo ao presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos, faço um apelo à sua diretoria, faço um apelo a todos os pesquisadores científicos para que acompanhem em cada região administrativa, município por município, quais serão os grupos econômicos que se beneficiarão da venda desse patrimônio que deverá obrigatoriamente ser precedida de audiência pública no momento da alienação de cada um desses bens.

É preciso que a Assembleia Legislativa de São Paulo explique para a opinião pública por que não aceitou o roteiro de votação proposto pelo partido irmão, que é o PSOL. O deputado Carlos Giannazi, líder da bancada do PSOL, propôs um roteiro de votação que obrigava a uma votação em separado do Artigo nº 11, exatamente o artigo em que a Assembleia Legislativa dá um cheque em branco para o Poder Executivo, de tal forma a ele poder alienar, vender, patrimônios abaixo de cinco mil metros quadrados sem que haja a necessidade do envio de novos projetos de lei.

É necessário alertar que, da mesma maneira que o governador resolveu encaminhar todas essas áreas para alienação dentro de um único projeto de lei, ele agora vem solicitando a retirada de projetos de lei na Assembleia Legislativa, pedindo para que a bancada de oposição não faça verificação de votação de cada um desses projetos.

Entretanto, o que acontece? Segundo a nossa norma interna, que rege o funcionamento da Assembleia Legislativa, cada projeto a ser retirado pelo governador deve ser objeto de discussão e de decisão do parlamento estadual.

Por que razão devemos abrir mão de mais essa prerrogativa do parlamento, aceitando a retirada de dezenas e dezenas de pedidos de alienação de bens, feitos individualmente pelos governos anteriores do PSDB, sem sequer discutir a sua motivação, porque foram encaminhados anteriormente. Por que não fazermos a verificação de votação dos pedidos de retirada de projetos de alienação de bens, como tem acontecido mais recentemente?

Assim, da mesma forma que estamos exercendo nosso direito de oposição, de modo a alertar a população de São Paulo em relação aos interesses envolvidos na venda desse patrimônio, que é do povo paulista, e não dos partidos que ocupam hoje o governo do estado de São Paulo, devemos discutir também o que está por trás da retirada de algumas dessas áreas e por que o pleito da Associação dos Pesquisadores Científicos não foi observada quando da elaboração dessa proposta de emenda aglutinativa.

Em especial, quero perguntar para os deputados que vão votar a favor deste projeto por que não incluíram em sua proposta a retirada de áreas estratégicas, tais como as de Jundiaí, Nova Odessa, Pindamonhangaba, Itapetininga e Itapeva, apenas para citar essas, que foram muito bem fundamentadas em documentos técnicos.

Sr. Presidente, aqui estão documentos trazidos pela Associação dos Pesquisadores Científicos. São documentos técnicos, científicos, que merecem constar nos Anais desta Casa.

Eu peço a V. Exa. - seja como parte deste pronunciamento ou posteriormente, encaminhando mediante ofício - que toda esta documentação seja anexada aos autos do projeto, de maneira que amanhã não se diga que nós não fomos previamente alertados dos riscos e dos interesses, daquilo que será identificado mais tarde pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pela imprensa no estado de São Paulo.

Muito obrigado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação o método de votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Roberto Massafera.

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

* * *

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PDT.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, quero declarar a obstrução do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A Presidência registra a obstrução do PSC.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 62 Srs. Deputados: 50 votaram "sim", e este deputado na Presidência, resultado que dá por aprovado o requerimento de votação.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Só para registrar aos deputados presentes no plenário que estamos aceitando requerimento do roteiro de votação. E no roteiro de votação temos mais três itens. Claro que haverá o encaminhamento de todos os três itens, e todos serão votados. Então, só quero avisar aos deputados que teremos mais três votações.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação o Item 1 do Roteiro de Método de Votação, Projeto de lei no 328, de 2016, salvo substitutivo e emendas.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PT.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 62 Srs. Deputados: 49 votaram "sim", mais este deputado na Presidência, quórum suficiente para aprovar a votação. Está encerrada a votação. Fica prejudicado o Substitutivo nº 01.

Em votação o item 3 do Roteiro de Método de votação, Emenda Aglutinativa. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de registrar voto contrário da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PT.

Em votação o item 4 do Roteiro de Método de Votação, Emendas de nº 1 a 24, englobadamente. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de registrar voto contrário da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PMDB.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, gostaria de registrar voto contrário da bancada do PT. Passo a ler a declaração de voto de nossa bancada:

Partido dos Trabalhadores
Projeto de lei nº 328/2016
Declaração de Voto

A Bancada do Partido dos Trabalhadores declara seu voto Contrário ao Projeto de Lei nº 328, de 15 de abril de 2016, que autoriza a alienação dos imóveis que especifica e dá outras providências, pelas razões que passa a expor.

Novamente o Governador encaminhou Projeto de Lei, em regime de urgência, para alienar imóveis a fim de arrecadar recursos financeiros, estimados vagamente em R$ 1,43 bilhão. Desta vez, justificou-se culpando a grave crise econômica e fiscal que o país atravessa.

O Projeto de Lei apresenta em seus quatro anexos longa lista com 79 imóveis, além de abrir a possibilidade de inclusão de outros que se enquadrem abaixo de 5 mil metros quadrados ou que sejam destinados a entes públicos. Desta forma, o PL especifica uma lista ao mesmo tempo que solicita uma autorização legislativa para poder alienar ou conceder uma quantidade indefinida de imóveis: um verdadeiro "Cheque em Branco".

Não existe no PL ou em sua justificativa uma apresentação da forma de cálculo do valor dos imóveis e sua descrição simplesmente ignora a presença de benfeitorias em diversos deles, tais como prédios e floresta exótica.

Se não bastasse essa falta de transparência, o PL afeta outras Leis similares, facilitando que o poder executivo venda ou conceda áreas do Estado sem que a Assembleia e a sociedade paulista possam acompanhar, conhecer ou fiscalizar.

Dos 79 imóveis listados, 13 são de institutos de pesquisa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e 5 são de ETCs/Fatecs. Não há uma explicação, mesmo que sucinta, do histórico dessas áreas.

Após o encerramento da discussão, foi apresentada uma Emenda Aglutinativa em 30 de novembro de 2016 que retirou 10 imóveis da lista, mas que não alterou o escopo do PL 328, especialmente o Artigo 11 que concede autorização de alienação sem especificar os imóveis atingidos.

Isto posto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, declara seu voto contrário ao Projeto de Lei nº 328 de 2016.

Deputado José Zico Prado – Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PT.

Esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação para um minuto após o término desta sessão, com a seguinte finalidade: redação final do PL nº 238/16.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, gostaria de registrar voto contrário da bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a declaração de voto da bancada do PDT.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Item 1 - Projeto de lei nº nº 803, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal, para o fim que especifica. Parecer nº 1325, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1326, de 2016, da Comissão de Finanças, favorável com emenda. Item 2 - Requerimento de autoria do deputado Carlos Giannazi. Propõe que seja dada tramitação em regime de urgência ao Projeto de lei Complementar nº 24, de 2015, que altera artigos da Lei Complementar n° 1093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, com Ordem do Dia; lembrando-os, ainda, da Sessão Extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas; e da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de comemorar os "125 Anos do Batalhão Tobias de Aguiar".

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 14 minutos.

* * *

30 DE NOVEMBRO DE 2016
50ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: FERNANDO CAPEZ

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 803/16, salvo emenda.
2 - JORGE CARUSO
Solicita verificação de votação.
3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
4 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, faz considerações sobre o pedido do deputado Jorge Caruso.
5 - CAUÊ MACRIS
Para comunicação, comenta o andamento dos trabalhos sob o ponto de vista regimental.
6 - JORGE CARUSO
Para comunicação, faz comentários a respeito do pedido de verificação de votação.
7 - MILTON VIEIRA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PRB.
8 - BETH SAHÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
9 - EDSON GIRIBONI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.
10 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
11 - JORGE CARUSO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.
12 - ESTEVAM GALVÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.
13 - FERNANDO CURY
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PPS.
14 - CELSO NASCIMENTO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.